

► **1º DE MAIO** *Trabalhadores unidos por melhores condições de trabalho*

Dia do Trabalho é comemorado com ato público em Pernambuco

A direção do Sindsep-PE e seus filiados participaram, no último dia 30 de abril, em comemoração ao 1º de maio, Dia Internacional do Trabalho, de um ato público promovido pela Central Única dos Trabalhadores de Pernambuco (CUT-PE). Servidores da ativa, aposentados, pensionistas e anistiados participaram da manifestação realizada na Praça Oswaldo Cruz, no centro do Recife. O evento reuniu sindicatos filiados, políticos, movimentos sociais e integrantes da sociedade civil organizada. O objetivo da mobilização foi reforçar a Campanha *Redução da Jornada de Trabalho sem Redução de Salários* e a ratificação das Convenções 151 e 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que tratam, respectivamente, da negociação coletiva no serviço público e do fim da demissão imotivada no setor privado.

Os presentes empunhavam faixas, bandeiras e distribuíam panfletos para a população que também pôde ouvir as rei-

vindicações dos servidores pelo cumprimento dos acordos. "Com a redução da jornada de trabalho iremos garantir uma melhor qualidade de vida para o trabalhador e a geração de 2,2



REDUÇÃO *Vai melhorar a vida do trabalhador*

milhões de novos empregos, entre outras conquistas. Temos que nos mobilizar para pressionar o Congresso a aprovar a PEC 393/01", disse o presidente da CUT-PE, Sérgio Goiana.

Atualmente, a Constituição brasileira define uma jornada negociável com um limite de 44 horas semanais. A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 393/01 que tramita há sete anos no Congresso Nacional propõe um limite de 40 ho-

ras que passa a valer no ano seguinte de sua aprovação e uma redução de mais cinco horas dois anos depois. O projeto prevê ainda a redução da quantidade permitida de horas-extras. O abaixo-assinado para coletar um milhão de assinaturas foi distribuído pela CUT Nacional para todo o país, as assinaturas foram entregues ao Congresso no dia 3 de junho. O Sindsep participou da campanha ativamente, tanto na sede quanto nas subseções, estava disponível uma cópia do abaixo-assinado.

Já a Convenção 151 da OIT estabelece um processo formal de negociação coletiva entre os servidores públicos e o governo e a 158 estabelece uma nova dinâmica para os processos de demissão na iniciativa privada, acabando com a demissão imotivada nesse setor. "A sociedade capitalista leva-nos à competitividade e desunião, mas não iremos entrar nesse jogo. Um ato como este, mostra que os trabalhadores continuam unidos em defesa de suas principais bandeiras de luta", destacou o coordenador geral do Sindsep-PE, José Carlos de Oliveira.

► **CONDSEF** *Assistência médica garantida*

Dependentes dos servidores permanecerão na Geap

A Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef) conquistou mais uma vitória para os servidores públicos de todo País. A 4ª Vara Federal deferiu o pedido de antecipação de tutela referente à Ação Ordinária movida pela Condsef contra a União e orientou o governo a renovar os convênios de assistência médica mantidos com a Fundação de Seguridade Social (Geap) para os pais, mães, padrastos, madrastas e adotantes do servidor, desde que comprovada a dependência econômica deles.

Foi determinado ainda que a União garanta a disponibilidade orçamentária para o ano de 2008 e subsequentes, das

despesas relativas à contribuição per capita devida à Geap em face da manutenção dos dependentes dos servidores como beneficiários da assistência médica. A inclusão dos dependentes dos servidores no plano de saúde Geap torna-se, deste modo, obrigatória até a decisão de mérito relativo à ação.

Para o coordenador geral do Sindsep-PE e diretor da Confederação, José Carlos de Oliveira, essa é uma conquista muito importante para a categoria. "Assistência médica atualmente está muito cara, fora da nossa realidade econômica. Mas, não podemos deixar nossos dependentes desamparados", disse José Carlos.

Justiça deferiu pedido de antecipação de tutela movido pela Condsef

► **DIREITO**

Sindsep luta pelos 33% da Sudene

O Sindsep está tomando as medidas judiciais cabíveis para garantir o pagamento dos 33% a todos servidores da Sudene. Há dois meses a Justiça julgou improcedente a liminar favorável aos trabalhadores que o sindicato havia conseguido em 2003, época em que o Tribunal de Contas da União recomendou o cancelamento da gratificação.

Os 33% da Sudene foi criado em 1987, através do Decreto Lei nº 2374. O Sindsep já incluiu a demanda na pauta de negociação com o governo e espera que o pagamento seja garantido em definitivo, resolvendo a situação. "Uma gratificação, recebida há tanto tempo, já faz parte da remuneração dos trabalhadores. Tirá-la será uma redução salarial. É por isso que vamos continuar lutando por ela", disse o secretário geral do Sindsep, Sérgio Goiana.

ARTIGO

Convenção 151: Democratizar a relação de trabalho

Não é de hoje que o funcionalismo público é alvo de críticas. Quando eles realizam greves ou manifestações são alvos de duros ataques. Mas, essa categoria realiza protestos porque não existe um processo formal de negociação. Não existe acordo coletivo como na iniciativa privada e, quando o governo não negocia, não resta alternativa senão a greve.

Em síntese, os servidores ficam à mercê da "boa vontade" dos governantes. Por tanto, com o processo eleitoral a cada quatro anos, não se sabe o que está por vir. Na verdade, a relação entre o servidor e o governo é autoritária, porque não existe, do ponto de vista legal, um mecanismo para concessão de reajustes. Se existe reajuste é porque o Sindsep, a Condsef e a CUT lutam por remuneração digna, pela recomposição do estado e por políticas públicas.

Continuando o processo de desmonte do Estado, em 1998, na tentativa de "calar a boca" do funcionalismo, FHC editou a Emenda 19 da Constituição Federal que garantiu apenas uma revisão anual dos salários. Mas, isso não resolveu o problema porque não foram estabelecidos parâmetros para garantir a reposição. Resultado: todo ano a população que precisa do serviço público é prejudicada pelos constantes enfrentamentos entre governos e sindicatos, que lutam pela melhoria da qualidade do serviço público, condições de trabalho e salários justos.

Diante do quadro, é necessário estabelecer um processo formal de negociação no setor, onde, independente do governante ou de seu partido haverá discursão anual da pauta de reivindicação dos trabalhadores. A maneira de democratizar essa relação de trabalho passa pela aprovação da Convenção 151 da OIT pelo Congresso Nacional. A convenção, por sinal, já vigora em 34 países. Aqui no Brasil, ela já foi encaminhada em fevereiro deste ano à aprovação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Além da morosidade, o Congresso Nacional é conservador e representado pela classe dominante, por isso, o momento é de mobilização para alcançar mais essa vitória!

Sérgio Goiana, secretário geral do Sindsep e presidente estadual da CUT.

► **SAÚDE PÚBLICA** Sindicato discute ações para eliminar o mosquito *Aedes Egypti*

Sindsep contribui para o combate à Dengue

Instituição social organizada e atendida com as demandas da sociedade, o Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco (Sindsep-PE) foi sede, no último dia 6 de maio, do Encontro Pernambucano de Combate à Dengue. O evento, que aconteceu no auditório do Sindicato, reuniu diretores da entidade, representantes de movimentos sociais de base popular e da educação popular em saúde, além de professores da área e líderes comunitários, com o objetivo de discutir ações em conjunto no combate à doença.

Como resultado do encontro, foi redigido um artigo que faz uma reflexão sobre o avanço da dengue no país, suas causas e impactos. O artigo será recomendado como dispositivo de apoio pedagógico para profissionais de saúde, educadores e pessoas dos movimentos sociais. Ele faz um alerta sobre o avanço da doença e estimula a cobrança, ao Poder Público, de ações de enfrentamento das causas estruturais da dengue, como a realização de obras de saneamento, abastecimento de água, entre outras.

Durante o encontro, o Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Pernambuco se colocou à disposição para contribuir com a divulgação das ações para o controle da dengue por meio de seus informes de rádio e das edições diária, semanal e mensal do Garra. "Temos que promover ações objetivas para que a população tome conhecimento das causas e conseqüências dessa doença e saiba como se defender e cobrar do Poder Público ações mais enérgicas", disse o coordenador geral do Sindsep, José Carlos Oliveira.

O sindicato também cederá seu espaço para as reuniões mensais do Fórum Estadual de Participação Popular para o Controle da Dengue. Ao final do encontro, ficou definida ainda a articulação de uma Rede de Apoio Solidário para o Controle da Dengue, que pretende identificar como os movimentos sociais e a sociedade civil organizada podem contribuir para o controle da doença a partir das idéias e metodologias da educação popular em saúde.

Para o diretor do Sindsep, José Felipe, o problema é muito sério. Ele participou do Encontro Pernambucano de Combate à Dengue e disse: "A população deve se prevenir, mas também cobrar do governo ações eficazes para combater o problema". José Felipe é servidor da Funasa e deu algumas dicas para o cidadão prevenir-se, evitando assim a doença. Confira na arte ao lado.



ENCONTRO Cada um expôs sua idéia para resolver o problema

Cuidados

O que podemos fazer para evitar a dengue?

- 1 Cobrar das três esferas do Poder Público maiores investimentos em saneamento básico, abastecimento de água e tratamento adequado do lixo.
- 2 Mobilizar redes de apoio solidário na comunidade para que elas dialoguem com os órgãos públicos de saúde, educação e meio ambiente.
- 3 Cobrar do Poder Público acesso à assistência à saúde de forma humanizada e acolhedora.
- 4 Participar do combate aos focos do mosquito vetor da dengue e da luta pelo direito à saúde.
- 5 Evitar acúmulo de água em depósitos ou mantê-los sempre fechados.
- 6 Permitir o acesso do agente de saúde a suas casas.
- 7 Denunciar aos órgãos competentes, o acúmulo de água e entulhos em outros imóveis ou terrenos baldios.
- 8 Trocar a água dos vasos de planta e de seus pratos por areia.
- 9 Evitar latas, garrafas, pneus, entre outros materiais que possam acumular água, em locais desprotegidos da chuva.
- 10 Procurar serviços de saúde ao sentir sintomas da doença como febre, dor no corpo, fraqueza. Não tomar medicação por conta própria.

Rede de Apoio Solidário para o combate à dengue

Segundo o representante da Articulação Nacional dos Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde em Pernambuco (ANEPS-PE), Carlos Silvan, a Rede de Apoio Solidário deverá reunir quatro outras redes, uma rede de articuladores, uma rede de comunicadores, uma rede de educadores em saúde e uma rede de cuidados e atenção à saúde.

A rede de articuladores deverá ser composta por pessoas que queiram colaborar com a organização de grupos de atuação, experiências e práticas de educação popular em saúde. Ela irá organizar o Fórum Estadual. A rede de comunicadores será organizada a partir da articulação de radialistas, jornalistas, comunicadores e meios de comunicação que desejem contribuir com a difusão de informações e de experiências de controle da dengue.

"A população tem sido acusada constantemente de contribuir com o avanço da dengue por causa de seu descuido com o acúmulo de água. Com isso, o governo se isenta da culpa. Na verdade, essa doença só retornou às nossas vidas por causa da falta de investimento em saneamento e abastecimento de água. Temos que cobrar das três esferas de poder ações nesse sentido", disse Carlos Silvan.

A rede de educadores em saúde será formada a partir da articulação de educadores no campo da saúde, da educação e dos movimentos sociais que desejem colaborar com processos formativos de pessoas para atuarem com educação popular em saúde, e tem como foco a produção de saberes e metodologias participativas na área. A rede de cuidados e atenção à saúde irá articular pessoas que detenham capacidade técnica, política e práticas de cuidado para desenvolver processos de promoção à saúde e possam colaborar com atividades de acolhimento e orientação no campo do cuidado com saúde da população.

"As famílias e os vizinhos dessas pessoas é que prestam os primeiros atendimentos sem terem qualquer tipo de orientação. Os integrantes dessa rede de cuidados poderão dar as primeiras orientações aos doentes, como a indicação das clínicas e dos hospitais que deverão ser procurados", explicou Carlos Silvan.

▶ **PRESSÃO** Servidores levaram o governo a publicar, no dia 14 de maio, medida provisória

MP foi publicada e a expectativa é que reajuste saia em breve

Depois de muita pressão exercida pelos servidores federais de todo o país, do Sindsep, da Condsef e da CUT, o governo publicou no último dia 14, no Diário Oficial da União (DOU), a Medida Provisória (MP) 431 que concedeu reajustes para mais de 800 mil servidores ativos, aposentados e pensionistas. São trabalhadores de 17 órgãos federais que receberão aumento. Dentre as carreiras atendidas nessa MP estão a do Inbra, PGPE, Cultura, Previdência, Saúde e Trabalho, docentes e administrativos das instituições federais de ensino, administrativos da PRF, entre outros.

No dia 27 de maio, o governo enviou ao Congresso um Projeto de Lei (PL) em substituição a MP 430 que garante uma suplementação orçamentária no valor de R\$ 8 bilhões para a concessão dos reajustes do funcionalismo. Agora, a luta do Sindsep, da Condsef e da CUT é para pressionar os parlamentares a aprovarem o PL. O documento deverá ser votado em regime de urgência pelas lideranças partidárias.

A MP 430 só será retirada da pauta da Câmara quando o PL for aprovado. A substituição por projeto de lei ocorreu depois que deputados da oposição se mostraram indispostos a aprovar uma medida provisória para a liberação de créditos extraordinários.

O reajuste salarial vai até 2010 ou 2011, em quatro parcelas, em alguns casos, em cinco. Este ano haverá um incremento no Vencimento Básico (VB) e no valor dos pontos da gratificação produtivista.

O impacto da primeira parcela (2008) será pequeno, o passo maior virá em 2009 quando o VB incorporará a GAE e a VPI. A medida que as parcelas forem sendo incorporadas, o valor da gratificação vai diminuindo e o VB aumentando, o que refletirá diretamente na remuneração.

Além dos reajustes, foi assegurada também a melhoria do salário dos aposentados e pensionistas por meio do aumento da pontuação fixa da gratificação produtivista. Este ano, a gratificação passa de 30 para 40 pontos e no ano que vem, para 50 pontos. Isso não acaba com a quebra da paridade, mas diminui as distorções existentes. A bandeira do movimento sindical é que todos sejam tratados de forma igual e a paridade seja cumprida na íntegra.

A Condsef está analisando o conteúdo da medida provisória, algumas falhas já foram de-

tectadas e serão levadas emendas ao Ministério do Planejamento para que sejam feitas as devidas correções. Uma falha grave trata justamente da questão da paridade. A pontuação, ainda que tenha sido elevada, mantém uma diferença significativa. Além disso, mais uma vez, o governo omitiu os docentes do Arquipélago de Fernando de Noronha.

“Repassamos a MP para nossa assessoria jurídica, que fará leitura mais detalhada para identificar se existem mais problemas. Em seguida, iremos procurar o governo para que as falhas sejam solucionadas”, destacou o diretor da Condsef, Pedro Armentol.

Isso representa uma vitória significativa para a categoria e só foi possível porque houve mobilização. Manifestações foram promovidas em todo o país, a exemplo do Inbra. No dia 7 de maio, o Sindsep mobilizou

os servidores do órgão. A partir das 14h daquele dia, os servidores paralisaram suas atividades para ouvir informes repassados por diretores do sindicato. A mobilização convocada pela Condsef foi simultânea a outros atos promovidos por diversas instituições em todo País.

Durante a paralisação do Inbra, a direção do Sindsep repassou a informação de que o Ministério do Planejamento enviou, há quinze dias, uma minuta da MP para a Casa Civil. Lá a informação é de que os técnicos estão realizando um trabalho minucioso de análise de 212 artigos distribuídos em 88 anexos e que o aumento sairá em forma de Medida Provisória. Desde o final de fevereiro que os servidores aguardam o fechamento das negociações.

Até a possibilidade de greve foi ventilada como forma de pressionar o governo a agilizar os reajustes.

2009

VB englobará GAE e VPI

Servidores da Funai querem PCI

Os servidores da Funai também estão na expectativa de terem seu Plano de Carreira Indigenista (PCI) implantado ainda nesse primeiro semestre do ano. As negociações em torno do PCI, fruto de acordo de greve, já duram quatro anos. Mas acredita-se que o governo irá anunciar a sua implantação, no próximo dia 19, durante a 1ª reunião da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI) no Ministério do Planejamento.

“Acreditamos que o governo irá anunciar algumas medidas que venham beneficiar os servidores da Fundação, dentre elas o PCI. Afinal, tudo já foi acordado”, disse a funcionária da Funai e diretora do Sindsep-PE, Inalda Barbosa.

No dia 14 de maio, durante reunião com o governo, servidores da Funai apresentaram um documento explicando a necessida-

de de se implantar o plano, com as devidas fundamentações, bases legais e razões, destacando ainda a importância de se observar os princípios básicos como paridade, progressão funcional, qualificação e mobilidade.

A novela para aprovação do PCI teve início em 2004 quando o governo ventilou de forma unilateral a criação da carreira, sem discutir com os trabalhadores do órgão. O Sindsep-PE reuniu servidores da Funai do Nordeste e juntos elaboraram um esboço do plano que posteriormente foi discutido nacionalmente e aprovado pelo setor. Depois disso foi criado um Grupo de Trabalho que apresentou uma proposta ao governo. Ele, por sua vez, ofereceu uma contraproposta, rejeitada pela categoria. No último mês de março, o governo resolveu que não iria mais implantar o PCI. Até mesmo um termo de compro-

misso já havia sido assinado em 2007 garantindo o atendimento dessa reivindicação. Mas, tudo foi deixado de lado.

Contudo, os servidores não baixaram a cabeça. Depois de várias reuniões com o governo; de mobilizações promovidas em todo país, a exemplo de Pernambuco; e de uma vigília realizada em frente ao Ministério do Planejamento, houve a reabertura das negociações.

Além da aprovação do PCI, os servidores lutam pela ampliação do quadro funcional do órgão e melhores salários. A Funai não tem conseguido responder as demandas do povo indígena em função do seu quadro reduzido. São apenas 2,1 mil funcionários. “Com o quadro que temos, torna-se impossível responder à complexidade das demandas dos índios”, destacou Inalda Barbosa.



CONCURSO
quadro da Funai é pequeno para atender complexidade das demandas da população indígena



INCRA servidores do órgão participaram, no dia 7 de maio, de ato nacional pelo envio da MP de reajuste

Servidores aguardavam MP há três meses

Desde o dia 20 de fevereiro o grupo de servidores, do Incra, HFA, Cultura, administrativos da Polícia Federal, PGPE, Seguridade Social, professores, técnicos das escolas universitárias, entre outros, esperavam o envio da MP. No dia 25 de abril, o ministro Paulo Bernardo chegou a informar ao presidente da CUT, Artur Henrique, na presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que os reajustes seguiriam dia 29 de abril para o Congresso. No entanto, a previsão acabou não se cumprindo.

Para deixar todos ainda mais angustiados, o Governo também não confirmava se a proposta seguiria por Medida Provisória, como estava sendo defendido pelos servidores, ou Projeto de Lei (PL). A MP garantiu que os reajustes fossem automaticamente aplicados no contracheque. Segundo o Governo, o atraso do envio ao Congresso ocorreu porque o documento possuía 212 artigos distribuídos em 88 anexos.

A mobilização continua, existem outros setores com negociações em curso e é por isso que o Sindsep, a Condsef e a CUT seguem firme na reivindicação frente ao governo para que uma nova MP seja editada e atenda mais 300 mil servidores. Segundo previsões do governo, a expectativa é que a nova medida provisória seja publicada em junho.

FUNASA – A MP 431, que concedeu reajustes para algumas carreiras, instituiu também a Gacen e a Gecen devidas aos servidores do Ministério da

Saúde e da Funasa, em substituição à Indenização de Campo.

Ao contrário da indenização, que tinha que ser autorizada pelo chefe superior do servidor, as gratificações serão incorporadas ao contracheque dos funcionários, que terão direito a recebê-las, inclusive, durante férias, licenças e aposentadorias.

A Gacen será recebida pelos agentes auxiliares de saúde pública, agentes da saúde pública e guardas de endemias. Já a Gecen será destinada aos agentes de combate às endemias. Os funcionários receberão as gratificações, no valor mensal de R\$ 590, retroativas a 1º de março.

Apesar da conquista, cerca de 5 mil servidores que hoje recebem a Indenização de Campo ficaram de fora das novas gratificações. No entanto, eles podem continuar recebendo essa indenização, desde que estejam lotados na zona rural, seguindo determinação do Tribunal de Contas da União.

O Sindsep continua empenhado em estender a gratificação a todos servidores da Funasa. No dia 20 de maio, o Sindicato se reuniu com o coordenador do órgão em Pernambuco, Alcio Pitt de Mesquita Pimentel. No que se refere à suspensão do pagamento das indenizações de campo, ele informou que solicitou da Secretaria Estadual de Saúde, a relação com os dados de todos os funcionários que terão o direito de continuar recebendo a indenização. Ele garantiu que assim que a lista chegar vai providenciar os pagamentos.

Fazendários aguardam que PCF seja incluído na segunda MP

Os servidores do Ministério da Fazenda esperam que o governo inclua o Plano de Carreira Fazendária na segunda Medida Provisória (MP), que deverá ser enviada ao Congresso Nacional ainda neste mês de junho, atendendo a 300 mil servidores. "Estamos aguardando apenas o governo marcar uma reunião para assinatura do termo de acordo", destacou o funcionário da Fazenda e diretor do Sindsep-PE, José Alberto de Oliveira.

Os servidores esperam que o governo solucione a questão o mais rápido possível,

uma vez que ambas as partes já chegaram a um acordo quanto a nova tabela de reajustes.

A implantação do Plano de Carreira Fazendária é mais uma negociação que vem sendo descumprida pelo Governo Federal. Em 2005, o Governo fez um acordo com os servidores se comprometendo a implantar o PCF, caso eles

retomassem suas atividades, assim que a Super Receita do Brasil fosse implantada. No entanto, a Super Receita - união das arrecadações fiscais da Fazenda e Previdência - foi criada em maio de 2007 e o

PCF foi deixado de lado. Na época, o governo alegou questões jurídicas para não implantá-lo.

Naquele mês, os servidores iniciaram o processo de negociação e pressionaram a Fazenda pela instalação de um Grupo de Trabalho que acabou sendo instalado em junho de 2007. Desde então, as negociações em torno do Plano vêm se arrastando. Até que o PCF seja implantado, a categoria continuará mobilizada.

ESPERA
servidores da Fazenda querem firmar acordo para implantação da Carreira Fazendária

Servidores estão a espera da assinatura do termo de acordo com o governo



► **EVENTO** Foi marcado por palestras, debates, trabalhos de grupo e momentos de descontração

Aposentados e pensionistas unidos no VIII Seminário da categoria

Nos dias 8 e 9 de maio, o Sindsep-PE realizou a oitava edição do Seminário dos Aposentados e Pensionistas de sua base. Este ano, o evento teve como tema, *Unificando a luta: a felicidade como caminho*. Os dois dias foram marcados por palestras, debates, trabalhos em grupo e eleição da nova coordenação do Núcleo dos Aposentados e Pensionistas que participou ativamente da organização junto com a direção do sindicato.

Logo que as pessoas chegavam, recebiam uma pasta contendo alguns textos falando sobre a real situação da política e da economia brasileira no contexto da categoria. Uma cartilha sobre assédio moral também foi entregue aos participantes. Vários aposentados e pensionistas da Região Metropolitana e interior do estado participaram do seminário como delegados.

Com auditório lotado, o coral do Sindsep se apresentou. As 17 vozes de vários timbres cantaram grandes sucessos da música popular brasileira, como, *A Montanha*, de Roberto Carlos e Erasmo Carlos, *Felicidade*, de Lupiscínio Rodrigues, *Recife, Manhã de Sol*, de J. Michiles e *Vira Virou*, de Cleiton e Kledir. O maestro que rege o coral, João Coimbra, afirmou: "Achei maravilhoso. Foi uma experiência nova".

Cantorias à parte era chegada à hora da mesa ser composta. Formada pelo coordenador Geral do Sindsep, José Carlos de Oliveira, pelo secretário geral do Sindsep e presidente da CUT, Sérgio Goiana e por Maria de Lourdes Souto Maior (Lourdinha), ex-coordenadora do Núcleo dos Aposentados.

Deixando os presentes bem à vontade, José Carlos de Oliveira falou sobre a importância



LUIZA PONTUAL Se estiverem unidos fica mais fácil

do evento. "Para que a gente consiga efetivar os nossos direitos, é necessário que os aposentados conheçam e participem de discussões feitas sobre o tema. Foi pensando dessa forma que organizamos o seminário".

Depois numa fala muito breve, Sérgio Goiana, foi bem incisivo ao dizer: "Até o século XX, ninguém pensava em aposentadoria, mas em escravidão. É por isso que a CUT luta pela paridade entre ativos e aposentados. Vamos construir outra realidade com a nossa contribuição. O dia de amanhã será muito melhor que o de ontem".

Logo depois da mensagem positivista, Maria de Lourdes falou sobre as relações interpessoais na realidade. Na fala, ela também mencionou os pequenos avanços que os aposentados vêm recebendo. Em sua incansável batalha, o Sindsep contribuiu muito para isso. Por fim, citando Eduardo Galeano, Lourdinha fez uma pergunta: "Para que serve a utopia? Para me fazer caminhar".

PALESTRA - Na sua palestra, a antropóloga Luiza Pontual falou sobre as mudanças ocorridas no mundo do trabalho nos últimos séculos e seus reflexos na atualidade. Ela destacou que o mundo do trabalho sofreu profundas transformações políticas e econômicas nas duas últimas décadas. O estado social e desenvolvimentista do pós-guerra cedeu lugar às ideias neoliberais do estado mínimo, com mudanças significativas nos sistemas produtivos e organizacionais adotados pelas empresas.

A professora lembrou que o Brasil também faz parte desse cenário de mudanças e reorganizações. A oferta de emprego caiu significativamente e a flexibilidade buscada pelos novos padrões de produtividade passou a ser relacionada à juventude, enquanto pessoas com mais idade e experiência passaram a ser vistas como rígidas.

"O que é velhice? Porque o trabalhador aos 40 anos já é considerado velho? Cada sociedade cria seus próprios valores,

de modo que é no contexto social que a velhice ganha significado. Houve tempo em que ter mais idade era ter o que ensinar. Mas houve uma transferência de foco e a maior produtividade e o menor custo passou a constituir-se um valor fundamental", disse.

Ela observou ainda que o envelhecimento precoce, na perspectiva do mercado de trabalho, surge, paradoxalmente, em um momento em que as pessoas passaram a viver mais. A expectativa de vida aumentou em quase 20 anos, no último meio século.

No entanto, Luiza Pontual encerrou sua palestra dizendo que, apesar dos problemas atuais, o mundo está caminhando para uma sociedade mais justa. Ela citou uma poesia de José Paulo Paes para afirmar que pior do que a adversidade, é renunciar ao seu enfrentamento, tornando-nos cúmplices dela.

À tarde, os aposentados e pensionistas encenaram um sociodrama sobre exclusão social, coordenado pela facilitadora, Mônica Caluete. Eles trataram de diversos tipos de exclusão, como a promovida por familiares, pelos profissionais que estão no mercado de trabalho, entre outras, dando destaque para a discriminação do Governo Federal que não respeita mais a paridade. Em seguida, os presentes se reuniram em grupos com intuito de levantar as proposições para o plano de luta de classe.

Às 19h, teve início a Quinta Cultural. Uma festa de confraternização que contou com a presença de aposentados, pensionistas, diretores do sindicato e servidores da ativa. Quem comandou a festa foi o grupo de chorinho José Arimatéia e seu Regional.

Coordenador geral é homenageado durante o evento

Durante o VIII Seminário dos Aposentados e Pensionistas do Sindsep, o coordenador geral do Sindicato, José Carlos de Oliveira, recebeu uma homenagem do Núcleo de Aposentados e Pensionistas do Sindicato e de todos os presentes. José Carlos ganhou um buquê de flores e uma placa em agradecimento ao trabalho prestado aos aposentados e pensionistas durante os seis anos em que esteve à frente da coordenação do Sindsep.

"Durante todo esse tempo, José Carlos de Oliveira deu apoio irrestrito a esse Núcleo e às causas dos aposentados e



IMPORTANTE José Carlos apoiou os aposentados e pensionistas

pensionistas do serviço público federal", destacou a coordenadora do Núcleo, Maria de Lourdes Souto Maior.

Emocionado, José Carlos agradeceu a homenagem e destacou a importância do envolvimento de todos os servidores na luta por melhores condições de vida. "Eu me sinto muito sensibilizado por receber uma homenagem de pessoas que são um exemplo para toda a classe de servidores. Vocês nunca desistiram de lutar por seus direitos, enquanto outras pessoas preferem cruzar os braços e esperar pelos outros. Parabéns a todos", disse José Carlos.

► **2º DIA** Delegados do VIII Seminário participaram da eleição para a coordenação do Núcleo



CONTINUIDADE Nova Coordenação do Núcleo dará continuidade ao trabalho que vinha sendo feito na gestão anterior

Filiados elegem nova coordenação do Núcleo dos Aposentados

Segundo e último dia do VIII Seminário dos Aposentados e Pensionistas do Sindsep, Ana Maria, da coordenação do Núcleo dos Aposentados e pensionistas, declamou um poema sobre o valor que tem o tempo. Os documentos chamados de tecnologia e esperança de vida no contexto neoliberal, junto com Unificando a luta: a felicidade como caminho, serviram de contribuição para os trabalhos de grupo. Na frente do auditório, um representante de cada equipe falou das discussões acertadas.

A primeira equipe teve como representante Norma Carvalho. "O grupo fez a leitura e aprovou na íntegra o documento. Sugerimos fortalecer a interação com os servidores ativos federais, estaduais e municipais além de dinamizar atividades culturais", enfatizou Norma.

A representante do segundo grupo, Maria das Dores Chalegre, destacou propostas para mudar a realidade dos aposentados no Brasil. A igualdade salarial entre ativos e aposentados foi discutida e novos encontros como esse foram incentivados. "É necessário que o aposentado também se informe sobre os seus direitos, é importante a consciência de classe para tornar a luta mais efetiva", disse.

O terceiro grupo contou com a participação de Maria de Lourdes Souto Maior que resumiu as propostas de sua equipe. O primeiro ponto foi a aprovação do plano de luta do Seminário anterior e a remessa do documento de seu Joaquim, tratando das emendas consti-

Biênio 2008/2010

Veja como ficou a nova composição do Núcleo dos Aposentados e Pensionistas

Ana Estrela Escola Agrotécnica Federal de Belo Jardim
Maria de Lourdes Souto Maior Araújo Ibama
Carolina Barbosa Superintendência Federal de Agricultura
Ana Maria Melo Funasa
Rosália Soares Ministério da Fazenda
Maria das Dores Chalegre MPOG
Orlando Marinho Inbra
Marlene Barbosa da Silva Ministério do Planejamento
Gícia Amorim Funasa Petrolina
Zuleide Melo Inbra Ribeirão
João Diniz Funasa Salgueiro
Vandemburgo Cavalcanti Funasa Caruaru
Erasmo Luis Maria Funasa Garanhuns
Joaquim Miguel Filho Funasa
Maria Pereira Cefet Vitória de Santo Antão

tucionais que suprimiram direitos do servidor público. Em seguida, informou a rejeição do documento de Osmário, que consiste numa proposta de alteração da representação dos aposentados no Conselho Deliberativo proporcional ao número de filiados aposentados no sindicato. A proposta foi rejeitada em todos os grupos porque implicaria na necessidade de alteração também dos estatutos do sindicato. Por fim, o grupo propôs a luta pelo fortalecimento do Sistema Único de Saúde, SUS.

O quarto grupo representa-

do por Laércio Vicente, questionou a exclusão social do aposentado. "Temos que reagir a qualquer forma de preconceito e denunciar as instituições responsáveis. Se for o caso recorrer ao Ministério Público no sentido de garantir nossos direitos constitucionais".

Terminada as discussões, era chegada a hora da eleição da nova Coordenação do Núcleo. Os presentes votaram por unanimidade. Os nomes dos eleitos podem ser vistos acima. Encerrada a votação, eleita a nova gestão, terminava o VIII

Nova gestão quer filiados do interior mais próximos do Núcleo

Seminário dos Aposentados e Pensionistas do Sindsep.

PROPOSTA - A ex-coordenadora do Núcleo dos Aposentados, Maria de Lourdes Souto Maior, faz questão de enfatizar que toda a equipe está de parabéns. "Nesses dois anos procuramos, dentro das dificuldades, conscientizar os aposentados dos seus direitos. Saio com a sensação de dever cumprido".

Depois de uma rica experiência como suplente da antiga gestão do Núcleo, Ana Estrela é a gora a nova coordenadora. "O que eu pretendo é dar continuidade ao que a antiga coordenação vinha fazendo além de implementar junto com a diretoria do Sindsep as propostas dos Encontros e Seminários", destacou. A nova coordenadora afirma, inclusive, que os aposentados e pensionistas do interior terão a atenção redobrada. "Apesar das subseções do sindicato no interior, muitos filiados se distanciam do Núcleo pelo fato dele ser localizado na sede (capital). Nessa nova gestão vamos criar estratégias para deixar essas pessoas mais próximas de nós", enfatizou.

O trabalho da antiga gestão foi marcado pela integração, responsabilidade e seriedade. "Esperamos que essa nova equipe, além de dar continuidade, elabore mais estratégias que beneficiem os aposentados. Eles estão mais maduros para dar continuidade à luta", reforçou o diretor de Imprensa do Sindsep, Fernando Antônio de Lima.

Entrevista: **Suzanna Sochaczewski** / Pesquisadora do Dieese

“O modelo de educação de hoje forma a elite e os subalternos, portanto deforma”

GARRA - Como surgiu a idéia de fazer uma Faculdade Dieese?

SUZANNA - A idéia foi dos 21 sindicatos que fundaram o Dieese há 52 anos. Quando eles fizeram isso, criaram uma entidade técnica que pudesse fazer uma pesquisa de custo de vida. A expressão utilizada na época era departamento e era baseado em modelo da França. Hoje, o Dieese é o modelo de universidade no Brasil, dividida em várias áreas de conhecimento. A gente passou vários anos fazendo pesquisa, fazendo assessoria em educação. Quando o Dieese completou 50 anos a direção sindical virou para o corpo técnico e disse: Cadê a Universidade? Está na hora de a gente pensar no assunto. E o momento era propício. Os paradigmas educacionais estão sendo postos em questão quando os paradigmas ficam frágeis, é um prenúncio de transformação.

GARRA - E o projeto como foi construído?

SUZANNA - Esse é um projeto em construção, ele tem a cara do projeto final. Fomos fazendo através do recolhimento da bibliografia que trata da questão de adultos, da pesquisa e da produção de conhecimentos. Fizemos também uma experiência internacional e nacional de entidades de trabalhadores que fizeram essas escolas de ensino superior. Terceiro, pesquisamos em todos os movimentos sindicais, sócios do Dieese, para começar a entender se a idéia era viável.

GARRA - Quem é o público alvo?

SUZANNA - São os trabalhadores. Provavelmente vai ter uma frequência maior de dirigentes sindicais. Não é uma formação sindical, mas, sim, uma formação intelectual de pessoas com uma visão de mundo voltada para a classe trabalhadora e que pode usar esse conhecimento como pro-

O Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) está com uma idéia inovadora. Criar uma faculdade para os trabalhadores do Brasil. Se tudo der certo, a educação no país vai passar por significativas transformações. Quem responde por esse projeto é a pesquisadora Suzanna Sochaczewski. Sobre a criação da faculdade, ela diz que ainda é necessário aprovar o projeto.

De acordo com o planejado da entidade, a primeira turma começará em março de 2009, portanto, este ano precisa ser feito um processo de seleção. O melhor de tudo isso é que a equipe do Dieese está lutando para enquadrar a experiência no ensino público. Se assim for, o aluno não vai pagar mensalidade. Nas próximas linhas, Suzanna fala com mais detalhes sobre a Faculdade Dieese.

Em compensação, temos que seguir as regras de universidade, o que limita um pouco as nossas idéias. Tem outra possibilidade: se fizermos fora, teremos uma liberdade maior de experimentação. Estamos em dúvida neste momento.

GARRA - Quando vai ser criada a faculdade Dieese?

SUZANNA - A gente quer começar a primeira turma em março de 2009. Teríamos que fazer um processo para novembro ou dezembro deste ano.

GARRA - Existe alguma graduação voltada para esse mercado em outros países?

SUZANNA - Nos EUA tem uma universidade do movimento sindical americano, eles começaram sendo parceiros de uma universidade anglicana, e, foram ao longo dos anos reconhecidos como faculdade autônoma. Na Bélgica tem outra. No Brasil, estamos pensando na dimensão do trabalhador nesse processo de desenvolvimento.

GARRA - Como você enxerga o papel da universidade hoje?

SUZANNA - Ela forma e omite. Considerando, por exemplo, que transmite as idéias de que quem é pobre não teve competência, não estudou, e se não estudou, é porque é preguiçoso, quando as crianças trabalham aos 10 anos é porque os pais não têm educação. Nas escolas existe a elite e elas vão concordar com as idéias. Na escola pública, os filhos de agricultores, as crianças mais humildes vão se informar com isso. A identidade social é formada acreditando que se uma pessoa não conseguir ser dirigente, ser rica, foi um problema pessoal, falta de competência. No meio de tudo isso, ela já sabe que existe a possibilidade de ela não conseguir prosperar, de ser subalterna. A mesma educação forma a elite e os subalternos, portanto deforma.



fessor de ensino fundamental e médio, como professor universitário, dirigentes sindicais, assessores parlamentares, pesquisadores de grandes temas e consultores de ONGs. Vão ser pessoas cultas que conhecem o mundo na sua diversidade e na sua novidade. Todo o processo de formação é diferente dos processos tradicionais das universidades.

GARRA - E quanto a grade curricular?

SUZANNA - Uma das grandes diferenças é que a gente não tem grade curricular. A gente tem trajetórias formativas. Porque a grade separa as disciplinas, põe limites no tempo, ingessa a produção de conhecimento. O curso é inter-

disciplinar e o nome dele é Trabalho e Desenvolvimento. Na nossa formação, os alunos da graduação serão obrigados a desenvolver projetos de pesquisas que tem haver com a realidade.

GARRA - Tem algo definido sobre a estrutura física, financeira?

SUZANNA - O nosso projeto foi construído junto com o movimento sindical. Ele não é um negócio. É uma reivindicação da classe trabalhadora. Nós vamos procurar fazer essa experiência dentro do sistema público. O momento atual é propício. O governo quer aumentar as vagas do ensino público superior. Para isso, criou um projeto, o Reuni, que oferece muitas oportunidades para se fazer uma boa

experimentação. Embora reconheçamos as fraquezas, os problemas do projeto, pretendemos utilizar essa possibilidade de experimentação.

GARRA - Vocês pensam em fazer parceria com Reuni. Neste caso, a faculdade funcionaria com professores das universidades federais e nas próprias instituições de ensino público?

SUZANNA - Nós temos no momento essas duas possibilidades. Temos que terminar a avaliação do projeto da faculdade em julho. Ao entrar numa universidade existem inúmeras vantagens, como, por exemplo, a estrutura, a biblioteca e as salas de aula prontas. Além de parte do corpo docente.